

18/11/2003

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 452.000-8 PARA

**RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE**

AGRAVANTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
- INCRA

ADVOGADO(A/S) : ERCIDES LIMA DE OLIVEIRA JÚNIOR

AGRAVADO(A/S) : HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

ADVOGADO(A/S) : AGNALDO JURANDYR SILVA E OUTRO(A/S)

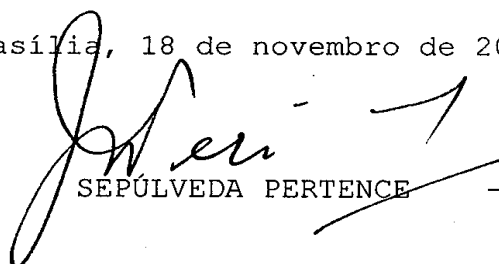
**EMENTA:** 1. Desapropriação para fins de reforma agrária: agravo de instrumento provido e desde logo conhecido o RE e provido, em parte, para determinar o pagamento de indenização das benfeitorias úteis e necessárias, mediante precatório; mantido o despacho indeferitório do RE quanto à questão relativa aos juros compensatórios, porque, além de não impugnada, nessa parte, a decisão agravada se harmoniza com a jurisprudência do STF no sentido de que a alegação de ofensa reflexa à Constituição não viabiliza o RE.

2. Agravo regimental: necessidade de impugnação de todos os seus fundamentos; pretensão, ademais, a reexame de matéria de fato para a aferição da justa indenização (Súmula 279).

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento.

Brasília, 18 de novembro de 2003.

  
SEPÚLVEDA PERTENCE

- RELATOR





**AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 452.000-8 PARÁ**

**RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE**

AGRAVANTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
- INCRA

ADVOGADO(A/S) : ERCIDES LIMA DE OLIVEIRA JÚNIOR

AGRAVADO(A/S) : HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

ADVOGADO(A/S) : AGNALDO JURANDYR SILVA E OUTRO(A/S)

**R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE** - Agravo regimental contra decisão na qual dei provimento ao agravo de instrumento e, fundado no art. 544, §§ 3º e 4º, do C.Pr.Civil, conheci do RE e lhe dei parcial provimento para, na linha da jurisprudência deste Tribunal, determinar o pagamento de indenização, em processo de desapropriação para fins de reforma agrária, das benfeitorias úteis e necessárias, mediante precatório.

Insurge-se o agravante contra a parte relativa aos juros compensatórios, assim decidida:

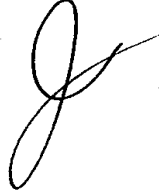
*"O recurso não merece prosperar com relação à questão dos juros compensatórios, pois o agravante não demonstrou, neste ponto, o desacerto da decisão agravada, que, aliás, está de acordo com a jurisprudência deste Tribunal: v.g., AI 286.516-AgR, Nelson Jobim, DJ 23.2.2001."*

Argumenta o agravante, em síntese, com a violação do princípio constitucional da justa indenização, aduzindo:

*"Enquanto se tem o Direito por sinônimo de bom-senso não há que se admitir a confecção de valores como*

resultado de planilhas contábeis em detrimento do real valor das coisas, situação que, se verificada, demanda correção sendo este o objetivo deste recurso."

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'J' followed by a horizontal stroke.

V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): Inviável a pretensão do agravante.

A decisão agravada, no ponto atacado, possui dois fundamentos: ausência de impugnação do despacho de inadmissibilidade do RE e o ajustamento deste à jurisprudência do STF (ocorrência de ofensa reflexa à CF).

Tardiamente, busca a agravante impugnar o fundamento de ocorrência de ofensa indireta, permanecendo silente quanto ao desacerto da decisão agravada.

Ademais, a pretensão do agravante é no sentido do reexame do "valor real das coisas" para a aferição da justa indenização, inviável em sede extraordinária (Súmula 279-STF).

Nego provimento ao agravo regimental: é o meu voto.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 452.000-8**

PROCED.: PARÁ

**RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE**

AGTE.(S): INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -  
INCRA

ADV.(A/S): ERCIDES LIMA DE OLIVEIRA JÚNIOR

AGDO.(A/S): HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

ADV.(A/S): AGNALDO JURANDYR SILVA E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento. Unânime. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Marco Aurélio. 1ª Turma, 18.11.2003.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

  
Ricardo Dias Duarte  
Coordenador